Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia

Migração Interestadual de Retorno e Inserção no Mercado de Trabalho: Evidências para o Nordeste do Brasil

Inayara Jéssica Freitas Coutinho da Silva

Inayara Jéssica Freitas Coutinho da Silva

Migração Interestadual de Retorno e Inserção no Mercado de Trabalho: Evidências para o Nordeste do Brasil

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia

Orientador: Dr. Hilton Martins de Brito Ramalho

João Pessoa 2015

S586m Silva, Inayara Jéssica Freitas Coutinho da.

Migração interestadual de retorno e inserção no mercado de trabalho: evidências para o Nordeste do Brasil. /Inayara Jéssica Freitas Coutinho da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2015. 40f.:il

Orientador(a): Prof. Dr. Hilton Martins de Brito Ramalho. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Migração de retorno. 2. Escolha ocupacional. 3. Nordeste do Brasil. I. Título.

UFPB/CCSA/BS CDU (2. ed.): 33(043.2)

Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia AVALIAÇÃO DO TCC

Econômicas (Bachare Silva, matrícula 1102 no Mercado de Tr	s à Coordenação de Monografia do Curso de Gelado) que a monografia da aluna Inayara Jéssica 3284, intitulada Migração Interestadual de rabalho: Evidências para o Nordeste do E são examinadora elencada abaixo; no dia/_	a Freitas Coutinho da Retorno e Inserção Brasil foi submetida à
0	a foi pela Comissão I	Examinadora e obteve
nota (). Re	eformulações sugeridas: Sim () Não ()	
Atenciosamer	nte,	
	Dr. Hilton Martins de Brito Ramalho Orientador	
	Dr. Aléssio Tony C. de Almeida Examinador	
	Dr. José Luis da Silva Netto Júnior Examinador	
	Ms. Ademário Félix de Araújo Filho Coordenador de Monografia	
	Dr. Alexandre Lyra Martins Coordenador de Graduação	
Ciente:	Dr. Sinézio Fernandes Maia Chefe de Departamento	
Offine.	Inayara Jéssica F. C da Silva Aluna	



Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu Deus de amor que desde o principio da minha vida esteve ao meu lado, direcionando-me em cada decisão, sendo sempre o meu guia, amigo e protetor. Pois sei que sem a sua graça, não conseguiria chegar até aqui e transformar-me na pessoa que hoje sou.

A minha mãe Ivanilda de Freitas Coutinho pelo amor, carinho, confiança, respeito, amizade e por todos os ensinamentos que me ofereceste ao longo de minha trajetória mostrando-me que sou capaz de superar os obstáculos da vida e realizar os meus sonhos.

Aos meus tios Alberto Félix, Irenildo Coutinho, Ivanice Coutinho e Ana Gonçalves por estarem presente em todos os momentos de minha carreira, aos meus Avós Ivonete Coutinho e Severino Coutinho pelos sábios ensinamentos onde os mesmo ensinaram-me a valorizar cada detalhe da vida, a minha irmã Ingrid Coutinho por acreditar em meu potencial e por está ao meu lado em qualquer situação.

Aos meus primos Irenildo Júnior, Mateus, Júlia, Iasmim e Augusto por fazerem parte do meu maior patrimônio a minha família.

Ao meu noivo Alexandre Silva por mostrar-me que com amor, cumplicidade, humildade e respeito, somos capazes de conquistar grandes coisas na vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Hilton Martins agradeço enormemente por todo o apoio e atenção durante a realização do trabalho, por ensinar que o esforço e a determinação são os instrumentos bases para alcançar o sucesso, agradeço pelas criticas construtivas pois foi de suma importância para o meu crescimento como aluna e como pessoa.

A todos os professores do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba, que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e para o meu crescimento profissional. Aos meus amigos José Carlos, Ted Seixas, Alane, Laura, Josalya, Walclência, Carolina e Silvaneide, por estarem sempre comigo nas lutas e nas horas das conquistas, ajudando-me em tudo, mostrando o valor de uma verdadeira amizade.



Resumo

Essa monografia tem como objetivo investigar a inserção no mercado de trabalho do migrante interestadual retornado à região Nordeste do Brasil. Em particular, procurou-se estimar o efeito da condição de migração sobre a probabilidade de emprego autônomo, comparando migrantes não retornados, migrantes de retorno e não migrantes. Para tanto, foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aplicadas a um modelo de escolha ocupacional incluindo estimativas de diferenças de chances de emprego autônomo por condição de migração. Nesse contexto, destaca-se a importância dos estados da região Nordeste na absorção de migrante de retorno. Os estados com maior importância no período de 2005-2010 foram Paraíba e Ceará. A análise estatística dos dados, por seu turno, permitiu identificar o perfil ocupacional do migrante de retorno. Verificou-se que o migrante de retorno do sexo masculino está inserido de maneira significativa no mercado de trabalho por conta própria. Já se o mesmo for do sexo feminino, estará inserido no mercado informal. Os migrantes são, em média, mais jovens que os nãos migrantes, especialmente os migrantes não retornados. Ademais, quanto maior o nível de escolaridade, menor será a chance de inserção no mercado como autônomo. Os resultados mostraram que trabalhadores do sexo masculino, chefes de família, brancos e com baixo nível de instrução tem elevadas chances de ingressar no mercado como autônomo. Por outro lado, foi observado que a condição de migrante de retorno favorece o emprego autônomo quanto comparado às condições de migrante não retornado e não migrante. Tal evidência pode estar relacionada às possíveis habilidades e/ou recursos adquiridos durante o período de migração.

Palavras-chave: Migração de retorno, escolha ocupacional, Nordeste do Brasil.

Abstract

This monograph aims to investigate the integration into the labor market of interstate migrants returned to northeastern Brazil. In particular, we tried to estimate the effect of immigration status on the likelihood of self-employment, comparing not returned migrants, return migrants and non-migrants. We used data from the 2010 Demographic Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) applied to a model of occupational choice including estimates of differences in odds of self-employment by immigration status for both. In this context, we highlight the important of the Northeastern states in absorbing migrant return. The states with the highest importance in the period 2005-2010 were Paraíba and Ceará. Statistical analysis of the data, in turn, helped to identify the occupational profile of the migrant return. It was found that the return migrant male is inserted in a meaningful way in the labor market on their own. Now if it is female, it will be inserted in the informal market. Migrants are on average younger than non-migrants, especially migrant not returned. Moreover, the higher the education level, the lower the chance of entering the market as standalone. The results showed that male workers, householders, white and with low levels of education have higher chances of entering the market as standalone. Moreover, it was observed that the condition of migrant return favors self-employment as compared to the conditions of migrant and non-migrant not returned. Such evidence may be related to possible skills and / or resources acquired during the migration period.

Keywords: Return migration, occupational choice, Northeastern Brazil.

Lista de tabelas

Tabela 1 –	Nordeste - Distribuição de trabalhadores segundo a ocupação e por	
	condição de migração - $\%$	21
Tabela 2 –	Nordeste: Distribuição de trabalhadores segundo características socioe-	
	conômicas selecionadas e por condição de migração - 2010 $\ \ldots \ \ldots \ \ldots$	23
Tabela 3 –	Brasil - Participação dos migrantes interestaduais de retorno no total	
	de imigrantes interestaduais por estado	26
Tabela 4 –	Nordeste - Determinantes da escolha ocupacional por condição de	
	migração - Regressões Probit - Efeito marginal sobre a probabilidade	
	de escolha ocupacional	27
Tabela 5 –	Nordeste - Decomposição de diferença de probabilidade de ocupação	
	autônoma – migrante não retornado versus não migrante	30
Tabela 6 –	Nordeste - Decomposição de diferença de probabilidade de ocupação	
	autônoma - migrante retornado versus não migrante	32
Tabela 7 –	Nordeste - Decomposição de diferença de probabilidade de ocupação	
	autônoma – migrante retornado versus migrante não retornado	34

Sumário

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1	Migração do trabalho na abordagem neoclássica	. 14
2.2	Teoria do capital humano	. 15
2.3	Abordagem estruturalista	. 16
2.4	Teoria das redes sociais	. 17
2.5	Migração de retorno e escolha ocupacional	. 18
3	METODOLOGIA	19
3.1	O modelo empírico	. 19
3.2	A Decomposição de Yun	. 20
3.3	Base de Dados e Seleção Amostral	. 20
4	RESULTADOS	25
4.1	A Região Nordeste no contexto da migração de retorno no Brasil	25
4.2	Determinantes da escolha ocupacional	. 27
4.3	Efeito da condição de migrante sobre a escolha ocupacional	. 29
5	CONCLUSÃO	35
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICES	38
	APÊNDICE A – QUADROS	39

1 Introdução

A recente história do povo brasileiro é marcada por fluxos migratórios, que, ao longo das últimas décadas, tem passado por consideráveis transformações. Entre os anos de 1930 e 1970, a grande maioria dos fluxos migratórios era explicada basicamente pela expressiva migração do campo para as cidades e pelo povoamento das fronteiras agrícolas. Nas últimas décadas, tem-se observado uma mudança nas migrações, onde os principais espaços de atração migratória do país estão perdendo expressão, surgindo assim, novos padrões, tais como os movimentos de curta distância, os movimentos internos nas regiões e a migração de retorno. No tocante a esse último fenômeno, cabe ressaltar que, no Brasil a migração de retorno correspondia em cerca de 18,9% do total de migrantes interestaduais do País no período de 1990-1995. Grande parte desse total está concentrada na região Nordeste, com 43% (BAENINGER, 2008).

Há várias razões que levam os indivíduos a tomarem a decisão de migrar, como razões políticas, religiosas e culturais, sendo as mais comuns as de ordem econômica – isto é, a imigração em busca de melhores condições salariais e de bem estar. Nesse sentido, de acordo com DaVanzo e Morrison (1981), a migração de retorno é a migração por parte do trabalhador para o primeiro local de onde saiu, onde geralmente é o seu local de nascimento. No Brasil, esse movimento tem ganhado força a partir da década de 90, conforme Muniz (2002) e Siqueira (2006). Também segundo DaVanzo e Morrison (1981), a migração de retorno está relacionada a quatro aspectos: Capital humano adquirido no exterior, à demanda por habilidades no local de origem, ao desemprego no local de destino e à frustração de expectativas, ou seja, quando o imigrante não se depara com a realidade esperada antes de imigrar e decide voltar ao local de origem.

No Brasil, a migração de retorno já começa a se destacar como um importante fluxo populacional a partir de 1970, tendo um fluxo considerável de migrantes mineiros para o seu estado de origem, isto é, cerca de 35,6% dos migrantes dessa época eram de retorno (BRITO, 1997). No período de 1981-1991, o movimento de migração de retorno se consolidava no Brasil inteiro. Enquanto que nos anos 70, os migrantes de retorno representavam 11% do total dos imigrantes no país, essa proporção dobrou no período 1981-1991, chegando a alcançar a marca de 24,5% do total de migrantes, que representava, em termos absolutos, um volume de 259.582 pessoas (BAENINGER, 2008).

A região Nordeste destaca-se por registrar o maior número de migrantes de retorno no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2009, esse número chega a alcançar 36% do total de migrantes retornados no Brasil. Esses dados também são reforçados pelo estudo de Ramalho e Queiroz (2011), com base

na PNAD de 2007, ao mostrarem que a região Nordeste possui o maior percentual de retornados com 37,7%, seguida pela região Sudeste, com 29%. Por essa razão, a região Nordeste é a principal receptora de migrantes retornados, o que a torna um interessante campo de pesquisa acerca desse fenômeno.

É importante destacar que o movimento migratório de retorno, além de causar efeitos econômicos nas regiões de origem, também evidenciam características e comportamentos peculiares dos remigrados, sobretudo, no mercado de trabalho, onde tais trabalhadores podem ter perfil diferenciado. Por exemplo, pode-se observar na literatura internacional, conforme Mesnard (2004), que os migrantes retornados à Tunísia que acumularam mais poupança no exterior, tendem a se ocuparem na região de origem como autônomos, enquanto os que se empregaram em outras ocupações, tenderam há permanecer menos tempo fora do país. Já Piracha e Vadean (2010), ao estudar as escolhas profissionais dos remigrados na Albânia, observaram que o empreendedorismo do remigrado está positivamente relacionado ao nível de escolaridade, competências adquiridas e acumulação de poupança durante a migração. Também encontraram evidências de que a experiência de migração interfere positivamente na probabilidade do migrante trabalhar como autônomo ou empreendedor.

Diante deste cenário, o presente estudo procura investigar o padrão de migração existente na região Nordeste e analisar o seu impacto no mercado de trabalho conforme os objetivos descritos a seguir.

Objetivo Geral

Analisar o padrão de migração interestadual de retorno no Nordeste brasileiro.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil socioeconômico (gênero, escolaridade, ocupação, renda) do migrante interestadual de retorno, migrante interestadual não retornado e não migrante.
- Investigar os principais fatores determinantes da escolha ocupacional do migrante.

2 Revisão da Literatura

Esta seção tem como intuito expor informações teóricas, através de uma breve discussão sobre o tema abordado no trabalho, a migração. Para tanto, ela está divida em cinco abordagens: neoclássica, capital humano, estruturalista, redes sociais, migração de retorno e escolha ocupacional.

2.1 Migração do trabalho na abordagem neoclássica

Durante a Revolução Industrial, no século XIX, observou-se uma grande dinâmica de migração caracterizada pelo movimento expressivo da população saindo do campo para as cidades, em virtude dos fortes impactos da Revolução sobre o processo produtivo, econômico e social. Nessas circunstâncias, Ravenstein (1885), procurou demonstrar que tal movimento migratório foi motivado por melhores chances de ganhos salariais e pelo desenvolvimento nas novas cidades industrializadas. Desta maneira, o autor colocou a motivação econômica como a principal responsável por esse movimento. Para outras variáveis, como gênero e distâncias, o autor entendia apenas como sendo "catalisadores do movimento migratório". Passado esse período, já na década de 1950-60, com o crescimento acelerado e o aumento da demanda por trabalho, a Europa se tornou importador líquido de mão de obra, principalmente devido às perspectivas de melhoria do bem estar geral nessa região (STALKER, 1994).

Nesse contexto geral, o modelo neoclássico aborda o ato de migrar como uma decisão individual e racional do trabalhador após uma análise de custos e benefício. Assim, tal teoria surge como uma das teorias precursoras para esclarecer os movimentos migratórios entre distintas regiões. Essas ideias serviram de base para o desenvolvimento da teoria push-pull, que, segundo Lee (1966), explica os fluxos migratórios em função do atraso econômico da região de origem. Golgher (2004) enxerga que os fatores push e pull como importantes para o processo migratório. A força principal denominada push, se caracteriza por: crescimento demográfico acelerado, baixos padrões de vida, repressão política e falta de oportunidades, má qualidade de vida no lugar de origem; fatores que ocasionam a emissão de migrantes. Já o efeito pull que engloba: demanda por mão de obra, disponibilidade de recursos, boas condições econômicas e políticas, boas condições no lugar de destino, ou seja, fatores de atração de mão de obra.

De forma geral, para a corrente neoclássica, o diferencial de bem estar ou (diferencial de renda) é o principal determinante dos movimentos migratórios. A migração seria explicada pelas distinções entre oferta e demanda por trabalho nas regiões de origem e destino. Nas áreas com uma elevada oferta de trabalho, os salários seriam mais baixos,

enquanto que em regiões com baixa oferta de trabalho, os salários seriam mais elevados. Destarte, os fluxos migratórios seriam direcionados para áreas com escassez de mão de obra e altos rendimentos. Esse movimento tende a encerrar na medida em que o mercado se direciona para o pleno emprego, isto é, a diferenciação de renda tende a ser eliminada (LEWIS, 1954; RANIS; FEI, 1961).

Lee (1980) apud Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011) expandiu a versão básica do modelo neoclássico e passaram a analisar outros fatores que explicam a tomada de decisão de migração, como fatores pessoais e obstáculos presentes em ambos os lugares – de origem e de destino. Dessa maneira, o autor em destaque passou a considerar o processo migratório não mais como um ato completamente racional, mas também instituído por atos voluntários e involuntários.

2.2 Teoria do capital humano

A teoria do capital humano (TCH) teve início no século XX, no começo do ano de 1960, como reação as questões que envolviam o crescimento econômico e diminuição da desigualdade social. O capital humano pode ser caracterizado como o conjunto de investimentos em habilidades e conhecimentos que afetam o bem estar e a produtividade dos indivíduos. Segundo Ramalho (2008), as teorias clássicas e as neoclássicas não dão a devida atenção a fatores como: as diferenças entre trabalhadores e suas propensões à mobilidade e formação de salários. Considerando isto, a TCH sugere que, além dos custos de educação, o ato de imigrar é um investimento em conhecimentos e habilidades (SCHULTZ, 1961). Para Sjaastad (1962), pioneiro na aplicação da ideia de capital humano no fenômeno migratório, a migração é uma maneira de se investir em educação, ou seja, o indivíduo absorve conhecimentos, habilidades e esse ganho afeta sua produtividade e rendimento.

Borjas (1987) destaca que os imigrantes recebem, em média, menos que os nativos na região de destino. Esses rendimentos mais baixos servem de incentivos para que o indivíduo invista em capital humano, e esse investimento dependerá da expectativa de tempo que o imigrante tem em permanecer no país receptor e da expectativa do tempo desprendido para alcançar o retorno de seu investimento. Ainda dentro dessa perspectiva, Mincer e Polachek (1974) enxergam o volume acumulado de capital humano como o fator que define os diferentes níveis salariais entre os indivíduos.

De acordo com a TCH, o migrante possui certos atributos que são favoráveis em relação ao não migrante tais como: habilidade, capacidade, motivação e conhecimentos, ou seja, características não observáveis que lhes permite obter um ganho salarial elevado, proveniente da migração. Com base nisso, conclui-se que esses indivíduos não estão alocados na população de maneira aleatória, mas que fazem parte de um grupo positivamente

selecionado, como destacam Chiswick (1999) e Tunali (2000).

No caso da migração de retorno, isto é, o movimento das pessoas de volta para suas regiões de origem, a TCH possui duas explicações: a primeira como sendo um resultado de um planejamento ótimo do indivíduo após acumular conhecimentos e habilidades na região de destino Dustmann e Kirchkamp (2002), e a segunda como uma maneira de correção de possíveis erros diante do insucesso da migração inicial (RAMALHO; QUEIROZ, 2011).

Diante disso, fica claro que a migração de retorno pode trazer ganhos para a região de origem, desde que esses retornados sejam, em grande parte, de pessoas motivadas, habilidosas e perseverantes. Isto é, o capital humano acumulado proveniente da região de destino pode significar melhorias na qualidade de vida e progresso econômico no lugar de origem, desde que o retorno seja resultado de algo planejado (SIQUEIRA, 2006).

2.3 Abordagem estruturalista

A abordagem estruturalista surgiu na década de 70 como oposição a teoria neoclássica, cujo foco está na perspectiva individualista dos fluxos migratórios. Tem como inspiração a teoria marxista e se caracteriza pela visão histórico-estruturalista, ou seja, visa observar as transformações que estão por trás desses movimentos populacionais, considerando as enormes desigualdades na distribuição de renda, políticas e econômicas, no âmbito mundial.

Segundo Singer (1980), as migrações internas estão sempre relacionadas historicamente como efeito de um processo global de mudanças. Nessa perspectiva, se caracteriza pela dupla dimensão do capital: primeiramente tida como positiva, por conta da circulação sem obstáculos da força de trabalho; em seguida, a liberdade é considerada negativa, pois o indivíduo é forçado a vender sua força de trabalho, já que não possui os meios de produção, sendo essa sua única alternativa para sobrevivência. As migrações da Europa para os Estados Unidos são um exemplo disso, quando milhares de jovens venderam suas forças de trabalho com o objetivo de maximizarem suas condições de vida em outro continente (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

Assim, segundo a corrente estruturalista, a migração seria resultado das desigualdades econômicas entre diversas regiões, onde as áreas mais prósperas têm maior capacidade de atrair migrantes do que as regiões mais estagnadas. Essa corrente considera a migração como consequência dos processos de globalização e penetração dos mercados além das fronteiras nacionais, conforme destaca Massey (1993) apud Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011). Porém, a decisão de migrar não está condicionada apenas a uma decisão isolada e individual, como pressupõe a abordagem neoclássica, mas como um movimento social. Ou seja, os determinantes dos fluxos migratórios não são mais observados do ponto de vista do indivíduo que migra apenas, mas das respostas do indivíduo a um processo social,

econômico e político que atinge todo um grupo na hora de migrar. Segundo Singer (1980), os fluxos migratórios estão relacionados ao processo histórico de industrialização, haja vista que a concentração dessas atividades causa desequilíbrios regionais que determinam o sentido das migrações. Desse modo, a dinâmica migratória está relacionada a fatores, como: crescimento populacional, modernização e alterações nas relações de produção. Ainda segundo o autor, existem dois fatores que atuam sobre a região de origem; sendo eles fatores de mudanças e fatores de estagnação. As alterações no modo de produção devido às mudanças estruturais das relações capitalistas podem ser entendidas como fatores de mudanças, o que, consequentemente, causa impactos sobre o nível de emprego da região, sendo também um determinante para o desemprego estrutural. Já os fatores de estagnação são entendidos como a incapacidade dos produtores de se adequarem aos novos padrões de produção, de modo a aumentar sua produtividade (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

Ainda segundo Singer (1980), as migrações constituem um mecanismo de reorganização da população diante de seus interesses sobre o fenômeno da industrialização. Nesse contexto, os migrantes representam um grupo em movimento e de grande relevância para o desenvolvimento do sistema capitalista, constituindo-se num processo social determinante dos desequilíbrios regionais. Com isso, o indivíduo se depara com os fatores de atração e com os fatores de mudanças que orientam os fluxos nas regiões de origem e de destino. No entanto, os movimentos gerados pelos fatores de estagnação caracterizam maiores obstáculos na inclusão dos migrantes na região de destino, o que acabaria acarretando na ocorrência da migração de retorno.

2.4 Teoria das redes sociais

A teoria das redes sociais surgiu como uma crítica à abordagem neoclássica e estruturalista (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011). A principal crítica dessa teoria diz respeito ao fato de os teóricos neoclássicos não enfatizam, como base de sua teoria, as redes sociais, isto é, as interações entre famílias, como afirma Faist (1997) apud Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011). Ou seja, criticam a desconsideração de fatores como: interação entre famílias, domicílios, parentes, vizinhos, grupos étnicos e amigos na tomada de decisão de migrar. Deste modo, a decisão de migrar não é meramente resultado da análise individual de custo e benefício, tampouco apenas como resultado de um processo social envolvendo um grupo, mas também como resultado do desenvolvimento das redes sociais de migrantes (SANTOS, 2013).

Diante disto, as redes sociais tem se tornado fundamental dentro da abordagem teórica da migração como suporte e direcionamento dos fluxos migratórios. Esses laços sociais padronizados na tomada de decisão de um indivíduo tem demonstrado ser uma

estratégia de aumentar a renda familiar ou da comunidade (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

Estas redes sociais reduzem os custos e riscos dos movimentos, aumentando a expectativa de retorno com a migração, de modo que ampliam a possibilidade dos movimentos, sejam internacionais ou nacionais, conforme Massey (1993) apud Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011). No entanto, embora seja constatável a importância das redes sociais como suporte e direcionamento das migrações, a utilização delas como determinante desses movimentos ainda necessita de aporte teórico e empírico, como destaca (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

2.5 Migração de retorno e escolha ocupacional

A migração de retorno, do ponto de vista do migrante e também de seu local de origem, pode representar diversos ganhos, contanto que os indivíduos tragam consigo um conjunto de novos conhecimentos e habilidades. Sobretudo, se esse retorno for decidido através de um planejamento, ou seja, o migrante de retorno pode trazer consigo riqueza e poupança acumulada que podem transforma-se em investimentos em sua região de nascimento. No entanto, Dustmann e Kirchkamp (2002) afirmam que há situações em que a região de origem não recebe nenhum ganho financeiro, o que caracterizaria insucesso na migração inicial. Logo, a região de origem ficaria condicionada aos resultados positivos do retorno da migração – como grandes investimentos e melhora da qualidade de vida na região de origem – a um perfil positivo do migrante, relacionado a características como motivação e seu conjunto de habilidades. Os mesmos autores ressaltam que as atividades escolhidas após o retorno dependem também do tempo de duração da experiência migratória, e que pessoas mais educadas possuem maior probabilidade de se ocuparem em atividades autônomas – sendo este um sinal de que a migração inicial foi bem sucedida e foi resultado de um planejamento ótimo de vida. Também concluíram que os aumentos salariais tendem a reduzir o tempo da experiência migratória, como resultado da acumulação prévia de uma quantidade planejada de capital.

Mesnard (2004) procurou observar como as restrições no mercado de crédito afetam a duração da migração e a escolha ocupacional do migrante retornado. Assim, o indivíduo busca a maximização do valor presente da renda esperada ao longo de sua vida, com base nas restrições financeiras. Diante disso, a migração de retorno – planejada – é entendida como um mecanismo para suprimir as restrições no mercado de crédito no país de origem através do acúmulo de poupança no país de destino. Demonstra também que a mudança salarial no país de origem e no país de destino acarreta através da alteração na escolha ocupacional e na duração ótima da migração.

3 Metodologia

3.1 O modelo empírico

A estratégia empírica desse estudo é baseada em um modelo econométrico de escolha ocupacional, aplicado ao caso de três grupos segundo a condição de migração: (a) migrantes de retorno; (b) migrantes não retornados e (c) não migrantes.

Ciente desse contexto considere-se a equação a seguir:

$$y_q^* = X_q \beta_q + \varepsilon_q \tag{3.1}$$

Onde Y_g^* é uma variável contínua não observada que determina o diferencial de utilidade que um trabalhador obtém caso opte pelo emprego autônomo, ao invés do trabalho assalariado; β_g é o vetor de parâmetro, que inclui o intercepto do modelo, X_g é um matriz de variáveis composto por características dos indivíduos (socioeconômicas e pessoais, como gênero, nível de instrução, raça, entre outras); g indexa o grupo de análise (migrantes de retorno, migrante não retornado e não migrantes) e ε representa as características não observadas dos migrantes de retorno, isto é, um termo de erro aleatório que está normalmente distribuído e com variância constante. Sendo assim, o migrante opta por trabalhar como autônomo quando $Y_g^* > 0$, e opta trabalhar como assalariado quando $Y_g^* \le 0$.

Considerando que o termo estocástico ε_g apresenta uma distribuição de probabilidade normal, a equação (3.1) pode ser estimada por um modelo probit usando a técnica de Máxima Verossimilhança. Para isso, seja Y_g uma variável binária que assume dois valores: 0 e 1. Se esse valor for 1, considera-se que o indivíduo optou ocupar-se como autônomo. Se for 0, optou por trabalhar como assalariado. Nesse sentido, segundo Gujarati (2006) a probabilidade de o indivíduo ocupar-se como autônomo é dada por:

$$Pr(Y_g = 1|X_g) = F(\varepsilon_g) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{y_g^* - X_g \beta_g} \exp\left(-\frac{z^2}{2}\right) dz$$
 (3.2)

Onde F(.) é função de densidade acumulada (normal); z é uma variável aleatória normal padronizada $z \sim N(0, 1)$.

Vale ressaltar que o vetor de coeficientes β_g não podem ser interpretados diretamente. Dessa forma, a interpretação do impacto marginal de cada covariada X_g sobre a probabilidade de emprego autônomo é dada pelo cálculo dos efeito marginal:

$$\frac{dP_g}{dX_g} = f(\bar{X}_g \hat{\beta}_g) \hat{\beta}_g \tag{3.3}$$

Onde f(.) é função de densidade normal padrão; $\hat{\beta}_g$ é o vetor de parâmetros estimados e \bar{X}_g a matriz de covariadas com valores médios.

3.2 A Decomposição de Yun

Considerando que é possível calcular as chances do indivíduo se ocupar no mercado como autônomo ou como trabalhador assalariado com base no modelo probit, é possível avançar na busca de mais evidências a partir de um exercício contrafactual para prenunciar como a ocupação é afetada pela condição de migração, levando-se em consideração as variáveis explicativas no modelo de seleção (como gênero, nível de instrução, raça, entre outras), utilizando assim a decomposição de Yun (2004). A decomposição é feita em nível agregado, sendo decomposta em duas parcelas, representadas pela equação (3.4). A primeira parcela mostra a diferença de probabilidade de emprego autônomo devido à diferença nas características observáveis. Já o segunda parcela, mostra o hiato de probabilidade devido à diferença no vetor de coeficientes, ou seja, imputado às características não observáveis (efeito da condição de migração).

$$\bar{Y}_A - \bar{Y}_B = [F(X_A \beta_A) - F(X_B \beta_A)] + [F(X_B \beta_A) - F(X_B \beta_B)]$$
 (3.4)

Essa técnica fornece uma visão detalhada da importância de cada variável utilizada no modelo empírico na explicação da diferença de probabilidade, decomposta por efeito das características e o efeito dos coeficientes. A equação (3.5) tem como objetivo expor, de maneira detalhada, a importância da contribuição de cada variável utilizada na estimação do modelo.

$$\bar{Y}_A - \bar{Y}_B = \sum_{i=1}^{i=K} W_{\Delta x}^i \left[\overline{F(X_A \beta_A)} - \overline{F(X_B \beta_A)} \right] + \sum_{i=1}^{i=K} W_{\Delta \beta}^i \left[\overline{F(X_B \beta_A)} - \overline{F(X_B \beta_B)} \right]$$
(3.5)

Onde $W^i_{\Delta x} = \frac{(\bar{X}^i_A - \bar{X}^i_B)\beta^i_A}{(\bar{X}_A - \bar{X}_B)\beta_A}$ é o peso da característica i no esclarecimento da diferença de probabilidade explicada pela lacuna entre o grupo A e B; $W^i_{\Delta\beta} = \frac{(\beta^i_A - \beta^i_B)\bar{X}^i_B}{(\beta_A - \beta_B)\bar{X}_B}$ é a importância do coeficiente i na explicação da distinção de probabilidade atribuída a particularidade de coeficientes estimados para os dois grupos, garantindo que o somatório dos pesos seja igual a 1. Onde β_A e β_B são vetores estimados para os grupos A e B respectivamente, X_A e X_B são matrizes com características médias dos grupos A e B; \bar{X}^i_A e \bar{X}^i_B representam as médias da característica i para os grupos analisados; β^i_A e β^i_B são os coeficientes estimados para os grupos estudados no aspecto à i-ésima característica.

3.3 Base de Dados e Seleção Amostral

Os dados empregados nessa pesquisa foram os microdados do Censo Demográfico de 2010 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essas informações possibilitam identificar as três classificações de migrantes que foram empregadas no presente trabalho; o não migrante, migrante não retornado e o migrante de retorno interestadual a partir do cruzamento de informações, tais como: estado de nascimento, estado de residência atual e anterior e tempo de residência no estado atual.

Nesse estudo, considera-se o não migrante aquele indivíduo que nasceu e nunca saiu do estado em que reside. O migrante não retornado por data fixa é aquele que durante a data do Censo informou que residia em um estado diferente do que afirmou residir há 5 anos, sendo que o estado de residência atual não é o de naturalidade. Já o migrante de retorno é aquele indivíduo que informou durante o Censo que reside em seu estado de origem, mas que há cinco anos mencionou ter morado em outra unidade federativa do país.

Dada à identificação do não migrante e migrante interestadual, seja ele não retornado ou de retorno, a amostra selecionada para a análise empírica considerou apenas indivíduos residentes na região Nordeste, com faixa etária de 25 e 65 anos de idade, que não frequentavam escola, que possuem rendimentos do trabalho positivo e trabalhadores com carteira assinada ou por conta própria. Algumas variáveis explicativas foram consideradas na análise dos determinantes da ocupação: gênero, raça, nível de instrução, ocupação, posição familiar, estado de residência, idade e renda domiciliar.

A tabela 1 mostra a distribuição percentual de não migrantes, migrante não retornado e migrante de retorno de acordo com a ocupação exercida na região Nordeste. O intuito é verificar qual o padrão de ocupação e se há diferenças entre os referidos grupos. Foram selecionadas seis categorias de ocupação. Empregado com carteira assinada, militar, funcionário público, empregado sem carteira assinada, conta próprio e empregador.

Tabela 1 – Nordeste - Distribuição de trabalhadores segundo a ocupação e por condição de migração - %

	Não m	igrantes	Mig. não	retornados	Migrantes	retornados
Ocupação	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Emp. c/ cart. de trab. assinada	30,9	36,5	30,6	40,2	21,2	28,9
Militar	0,1	0,7	0,3	2,2	0,0	0,9
Funcionários Públicos	9,6	3,9	8,6	4,0	5,9	2,2
Emp. s/ cart. de trab.assinada	32,0	25,6	31,9	24,7	40,9	29,6
Conta Própria	26,1	31,6	25,9	26,3	30,5	36,2
Empregador	1,4	1,8	2,7	2,6	1,5	2,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota: Apenas residentes na região Nordeste, pessoas entre 25 e 65 anos de idade, que não frequentavam escola e com rendimento do trabalho principal por hora definido (positivo).

É possível observar que o emprego com carteira assinada, emprego sem carteira assinada e autônomo tem se destacado como principais ocupações em todos os grupos

analisados. Todavia, entre os migrantes não retornados do sexo masculino, destaca-se o emprego com carteira assinada; com 40,2%. Já entre as mulheres, destaca-se o emprego sem carteira assinada, em evidência no grupo do migrante retornado. Pode-se verificar também que o emprego por conta própria é de suma importância entre o grupo dos migrantes retornados ou remigrados com uma participação de 30,5%.

De modo a detalhar mais o perfil dos não migrantes estaduais, migrantes interestaduais não retornados e migrantes interestaduais de retorno, a tabela 2 apresenta a distribuição dos trabalhadores residentes na região Nordeste segundo características socioeconômicas selecionadas (gênero, raça, idade, nível de instrução, ocupação etc) e por condição de migração, conforme dados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela 2 – Nordeste: Distribuição de trabalhadores segundo características socioeconômicas selecionadas e por condição de migração - 2010

	Não Migrante	Migrante Não Retornado	Migrante de Retorno
Variáveis			
Gênero - %			
Mulher	38,0	30,5	33,6
Homem	62,0	69,5	66,4
Raça - %			
Branco	28,2	41,0	35,2
Preta	11,6	7,7	8,3
Parda	58,6	49,5	54,6
Amarela/Vermelha	1,6	1,7	1,9
Nível de Instrução - %			
S/inst. e fund. incompleto	55,4	39,6	54,5
Fund. completo e médio incompleto	13,4	14,5	16,4
Médio completo e sup. incompleto	24,9	29,8	22,9
Superior completo	6,3	16,1	6,3
Ocupação - %			
Conta Própria	68,0	71,0	63,5
Assalariado	32,1	29,0	36,5
Chefe - %	,	,	,
Não	43,0	45,6	43,4
Sim	57,0	54,4	56,6
Presença de cônjuge - %	,	,	,
Não	26,0	27,1	30,2
Sim	74,0	72,9	69,8
Estado de Residência - %	,	,	,
Maranhão	12,8	12,3	10,9
Piauí	5,3	7,9	10,4
Ceará	14,5	9,3	13,5
Rio Grande do Norte	7,7	9,0	6,1
Paraíba	6,8	9,4	13,4
Pernambuco	15,7	14,7	12,8
Alagoas	5,1	5,2	$4,\!4$
Sergipe	4,1	5,9	3,3
Bahia	28,0	26,4	25,1
Médias	,	,	,
Idade	40,8	36,8	37,6
N. de desempregados no domicílio	0,11	0,07	0,08
N. de crianças < 14 anos no domicílio	1,08	0,99	1,15
N. de aposentados >= 60 anos	0,15	0,09	0,16
N. de beneficiários de programas	0,44	0,3	0,44
Renda domiciliar per capita (R\$)	540,74	1.065,71	597,23
Salário-hora (R\$)	23,16	41,37	25,42
Total de observações	321.827	13.487	12.356

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Nota: Apenas residente na região Nordeste; pessoas entre 25 e 65 anos de idade, que não frequentavam escola e com rendimento do trabalho principal por hora definido (positivo) e ocupados como autônomos ou assalariados.

Verifica-se que a maior parte dos não migrantes é do sexo masculino (62%), de cor parda (58,5%), com nível de escolaridade baixa, ou seja, sem instrução e com fundamental

incompleto, cerca de 57,9%. Dentre outras características, grande parte dos não migrantes são chefes de família com uma idade média de 40 anos e possuem uma renda domiciliar per capita (R\$) de 540,74. Ademais, a maioria reside nos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

Ao analisar a característica dos migrantes não retornados nota-se que eles são do sexo masculino, pardos, com ensino médio completo e superior completo, com uma participação em termos percentuais de 59,4%, 49,5%, 29,8% e 16% respectivamente. A maioria é chefe de família, reside nos estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia e tem uma média de idade de 36 anos e rendimento médio per capita de (R\$) 1.065,00. A maior renda provavelmente pode ser explicada devido ao migrante não retornado ter maior capital humano quando comparado com o não migrante e o migrante de retorno.

O migrante de retorno, foco principal dessa pesquisa, registra características pouco similares com as outras categorias, possuindo uma participação de 66,4% do sexo masculino, 35,2% e 54,4% são de cor branca e parda, respectivamente, 54,4% não tem instrução e 22,8% possui o ensino médio completo. A maior parte trabalha por conta própria 53,54%, sendo eles chefes de família com uma renda média de (R\$) 597,23 e média de idade de 37 anos. Os remigrados residem, sobretudo, nos estados do Ceará e da Paraíba com 13,5% e 13,4%, respectivamente.

4 Resultados

Nesta seção, busca-se mostrar evidências empíricas acerca da inserção do migrante de retorno no mercado de trabalho da região Nordeste do Brasil. Assim, a seção está organizada em quatro subseções, onde a seção 4.1 mostra a participação significativa da região Nordeste no contexto da migração de retorno, os dados permitem verificar que o Nordeste tem uma maior participação de migrantes de retorno nos fluxos imigratórios. A seção 4.2 apresenta os determinantes da escolha ocupacional a partir da estimação de um modelo empírico, onde se procura analisar o impacto de atributos socioeconômicos na escolha ocupacional do migrante. Por fim, a seção 4.3 expõe de maneira mais detalhada o efeito da decisão de migrar sobre a chance de trabalhar como autônomo

4.1 A Região Nordeste no contexto da migração de retorno no Brasil

A partir dos anos de 1970 e 1980 vem se observando que o padrão de deslocamento existente no Brasil tem sofrido algumas alterações, dando surgimento a novas rotas migratórias. O grande efeito de atração migratória da região Sudeste, com o foco nos estados de São Paulo e Rio de janeiro, de acordo com Baeninger (2008), tem se reduzido gradativamente. Essas alterações podem ser explicadas por acontecimentos como a descentralização industrial; crises das fronteiras agrícolas e políticas econômicas Baeninger (2000), gerando outro padrão de migração conhecido como migração de retorno. Assim, os estados que se destacam nessa nova perspectiva de análise são os estados da região Nordeste.

A migração tem sido nas últimas duas décadas, alvo de pesquisa no Brasil, dado a essa alteração no perfil de migração entre os migrantes do País. Em especifico os da região Nordeste. Diante desse contexto, a tabela 3 registra a participação da migração de retorno no total de imigrantes interestaduais no Brasil, segundo estados e entre os quinquênios de 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Destaca-se a redução dos fluxos migratórios em todos os estados brasileiros e o aumento da migração de retorno para o Nordeste.

Tabela 3 – Brasil - Participação dos migrantes interestaduais de retorno no total de imigrantes interestaduais por estado

Imigrantes de retorno		Participaçã	io no total de	imigrantes - %		
Estados	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Rondônia	2.092	6.091	6.762	1,6	7,3	10,3
Acre	2.193	2.785	2.124	16,9	20,4	15,3
Amazônia	3.711	8.619	7.277	6,3	9,6	10,2
Roraima	497	1.011	1.621	1,4	2,1	6,3
Pará	17.491	27.795	26.126	8,2	15,3	16,1
Amapá	1.556	2.327	2.529	6,6	$5,\!2$	6,8
Tocantins	10.764	14.270	12.970	13,1	15,0	15,1
Maranhão	34.998	43.186	40.913	33,8	42,8	38,7
Piauí	28.238	40.997	28.695	38,7	46,2	39,0
Ceará	63.056	78.469	49.003	51,8	48,2	43,6
Rio Grande do Norte	27.660	27.748	20.434	36,6	35,6	30,2
Paraíba	43.050	50.154	39.222	48,4	49,2	40,8
Pernambuco	73.553	73.554	54.049	42,8	44,6	36,4
Alagoas	17.005	23.239	20.274	27,9	41,5	37,8
Sergipe	14.298	13.510	13.502	$25,\!5$	25,9	$25,\!5$
Bahia	61.005	108.097	86.637	32,7	43,1	37,8
Minas Gerais	155.323	161.045	111.448	41,8	36,0	29,6
Espirito Santo	24.955	21.831	18.744	18,4	16,9	14,3
Rio de Janeiro	37.670	49.351	47.112	14,9	15,4	17,4
São Paulo	130.840	116.431	156.875	9,4	9,5	15,8
Paraná	93.542	94.654	79.043	34,8	31,8	29,0
Santa Catarina	36.459	34.962	39.011	21,4	17,5	12,9
Rio Grande do Sul	49.312	40.435	39.924	43,1	35,7	38,9
Mato Grosso do Sul	15.929	14.997	16.139	12,8	15,3	16,3
Mato Grosso	8.062	10.363	11.499	3,6	6,2	8,0
Goiás	48.400	54.294	47.787	18,1	14,6	13,1
Distrito Federal	6.376	9.482	19.939	3,3	4,4	10,5
Brasil	1.008.035	1.129.697	999.659	20,1	21,7	21,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Dados amostrais expandidos para o universo. Apenas pessoas que informaram o estado de residência a cinco anos da data do Censo.

Os estados da região Nordeste, em geral, são aqueles que mostram maiores participações de migrantes de retorno nos fluxos imigratórios, quando comparados com outros estados de outras regiões. Mesmo tendo algumas oscilações de aumento e diminuição da participação de migrantes de retorno, a região Nordeste continua se destacando nessa nova tendência migratória. Os estados de maior participação são Ceará e Paraíba, que no primeiro quinquênio mostraram uma porcentagem de 51,7% e 48,8%, respectivamente, e ainda continuam no posto de maior atração de migrantes de retorno no período mais recente. Por outro lado, os estados de menor atratividade de remigrados na região Nordeste foram Alagoas e Sergipe, com 27,9% e 25,5% respectivamente. Ainda assim, tais participações superam a média nacional e reforçam o papel da região Nordeste na mudança dos deslocamentos populacionais no Brasil durante as últimas décadas.

4.2 Determinantes da escolha ocupacional

Esta seção está voltada aos resultados do modelo empírico, tendo como alvo analisar o impacto dos atributos selecionados sobre a escolha ocupacional do migrante, ou seja, verificar o impacto dos atributos socioeconômicos sobre a probabilidade da escolha ocupacional do migrante de retorno trabalhar como autônomo ou como assalariado. Desse modo, a tabela 4 mostra os resultados da estimação do modelo *probit* (efeitos marginais dos atributos) para três grupos: (1) não migrante (2) migrante não retornado (3) migrante de retorno.

Tabela 4 – Nordeste - Determinantes da escolha ocupacional por condição de migração - Regressões Probit - Efeito marginal sobre a probabilidade de escolha ocupacional

	Não migrante	Migrante não retornado	Migrante de retorno
Homem	0,0050***	-0,0452***	0,0180*
	(0,0019)	(0,0094)	(0,0099)
Negra	-0,0655***	-0,0533***	-0,0827***
	(0,0029)	(0,0149)	(0,0168)
Parda	-0,0332***	-0,0201**	-0,0410***
	(0,0019)	(0,0086)	(0,0097)
Amarela/Vermelha	-0,0034	0,0108	-0,0204
	(0,0069)	(0.0321)	(0.0330)
Idade	0,0083***	0,0069***	0,0111***
	(0,0002)	(0,0009)	(0,0010)
Idade ao quadrado	-0,0000*	-0,0000	-0,0001***
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
Fund. comp. e médio incompleto	-0,0050*	0,0127	0,0008
	(0,0027)	(0.0128)	(0.0126)
Médio comp. e superior incompleto	-0,0691***	-0,0486***	-0,0205*
	(0,0022)	(0.0104)	(0,0116)
Superior Comp.	-0,1750***	-0,1320***	-0,0941***
	(0,0031)	(0.0117)	(0,0184)
Chefe	0,0063***	0,0176**	0,0274***
	(0,0018)	(0,0085)	(0,0096)
Vive com o cônjuge	0,0635***	0,0776***	0,0608***
	(0,0019)	(0,0089)	(0,0103)
N. de desempregados	-0,0598***	-0,0651***	-0,0836***
	(0,0024)	(0.0148)	(0.0152)
N. de crianças < 14 anos	-0,0049***	-0,00642*	-0,0052
	(0,0008)	(0,0039)	(0,0042)
N. de aposentados $>=60$ anos	0,0274***	0,0140	0,0239**
	(0,0021)	(0,0119)	(0,0106)
N.de beneficiários de prog. sociais	0,0053***	-0,0192**	-0,0097
	(0,0014)	(0,0079)	(0,0078)

Continua...

É possível observar que o migrante não retornado homem e/ou de cor preta tem menor chance de inserir no mercado como autônomo quando comparado a uma mulher (categoria base) ou a um migrante de cor branca (categoria omitida), respectivamente,

Continuação da página anterior...

	Não migrante	Migrante não retornado	Migrante de retorno
Zona urbana	-0,0453***	0,0155	-0,0236**
	(0,0023)	(0,0110)	(0,0118)
Mora na região metropolitana	-0,0631***	-0,0654***	-0,0699***
	(0,0018)	(0,0085)	(0,0108)
Maranhão	0,1340***	0,0332**	0,0729***
	(0,0029)	(0,0138)	(0,0163)
Piauí	0,0503***	0,0160	0,0196
	(0,0039)	(0,0158)	(0,0161)
Ceará	0,0176***	0,0365**	0,0298**
	(0,0027)	(0,0155)	(0,0150)
Rio Grande do Norte	-0,0150***	0,0204	0,0061
	(0,0033)	(0,0151)	(0,0196)
Paraíba	0,0249***	0,0382**	0,0352**
	(0,0036)	(0,0153)	(0,0151)
Pernambuco	0,0188***	-0,0048	0,0101
	(0,0027)	(0,0127)	(0,0150)
Alagoas	-0,0080**	0,0068	0,0557**
	(0,0039)	(0,0190)	(0,0236)
Sergipe	0,0170***	0,0014	-0,0125
	(0,0044)	(0,0178)	(0.0250)
Previsões corretas	69,54%	71,20%	$64,\!25\%$
Observações	321.827	13.487	12.356

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. Nota:*** estatisticamente significativo a 1%; ** estatisticamente significativo a 5%; * estatisticamente significativo a 10%; desvios padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses.

-4,5 p.p e -5,3 p.p. Por outro lado, pode-se verificar que o migrante de retorno homem tem probabilidade de trabalhar como autônomo 1,8 p.p maior que uma mulher (categoria omitida). Se esse migrante for de cor preta, sua chance de ingressar como autônomo quando comparado um indivíduo branco (categoria base) é menor em 8,3 p.p. Já no aspecto da idade, observa-se que a mesma é significativa no modelo e registra uma relação positiva com a decisão de se incluir no mercado de trabalho por conta própria. Assim, é possível interpretar o resultado de tal maneira; um ano a mais de idade implica um aumento de 0,8 p.p, 0,7 p.p e 1,1 p.p na chance de emprego como autônomo, respectivamente para não migrantes, migrantes não retornados e migrante de retorno.

Quanto ao nível de instrução, destacam-se as variáveis significativas que são ensino médio completo, superior incompleto e superior completo. Todas registram uma relação negativa com a decisão de ingressar no mercado como autônomo, o não migrante, o migrante não retornado e o migrante de retorno possuem no aspecto da escolaridade superior completo 17,6 p.p, 13,2 p.p e 9,4 p.p respectivamente menor chance de estarem trabalhando como autônomos comparados a trabalhadores sem instrução (categoria base). Ou seja, quanto maior a escolaridade menor (maior) a possibilidade do migrante se achar inserido como autônomo (assalariado) no mercado.

Ao observar os efeitos do atributo domicílio, em destaque o migrante de retorno, nota-se que se o migrante de retorno for casado e for chefe de família o mesmo tem 2,7 p.p e 6,1 p.p a mais de chances de estar trabalhando como autônomo em seu estado de origem, quando comparado, respectivamente, a um trabalhador solteiro e não chefe (categorias base). Já se o número de desempregados na família for elevado, maior é a probabilidade de o migrante de retorno escolher trabalhar como autônomo. No aspecto da variável número de aposentados, verificasse que se o migrante de retorno possuir aposentado em sua residência aumenta a chance do mesmo ingressar no mercado de trabalho como autônomo.

Quanto à localização, observasse que o migrante de retorno que reside na zona urbana de seu Estado tem uma redução na chance de se inserir como autônomo no mercado de trabalho em -2,36 p.p, Já o migrante de retorno que reside nos estados: Maranhão alagoas e Paraíba têm respectivamente, 7,9p.p 3,52p.p 5,57p.p a mais de chance de inserir no mercado como autônomo, quando comparado ao migrante de retorno que reside na Bahia que é categoria omitida.

4.3 Efeito da condição de migrante sobre a escolha ocupacional

Com o objetivo de reforçar as evidências citadas, as tabelas 5, 6 e 7, a seguir, tem o intuito de esclarecer de maneira mais detalhada a importância de cada variável utilizada no modelo sobre a diferença de probabilidade de emprego autônomo entre os grupos estudados: não migrante, migrante não retornado e migrante de retorno. Ou seja, essas tabelas expõem os resultados obtidos a partir da decomposição da diferença de probabilidade de se empregar como autônomo dada à condição de migração.

A tabela 5 apresenta os dados alcançados a partir da referida decomposição conforme a condição de migração. A diferença de probabilidade estimada refere-se à comparação entre migrantes não retornados e não migrantes. Pode-se observar que a diferença média de probabilidade é de - 3,1 p.p, isto é, a condição de migrante não retornado desfavorece (favorece) a ocupação autônoma (assalariada) quando comparada a opção por não migrar. Há um papel importante das variáveis observadas no modelo (sexo, raça, idade, nível de escolaridade, família e localização), conhecido como atributos ou características. Tais atributos explicam 121,5% da diferença de probabilidade. Já à diferença de efeitos entre os dois grupos ilustram apenas -21,5% da diferença de probabilidade.

Tabela 5 – Nordeste - Decomposição de diferença de probabilidade de ocupação autônoma – migrante não retornado versus não migrante

	Diferença em Observáveis (E)		Diferença nos	Diferença nos Coeficientes (C)	
	Coeficiente	Importância (%)	Coeficiente	Importância (%	
Variáveis					
Mulher			0,006379***	-20,7570	
Homem	-0,001681***	5,4692	-0,010422***	33,9120	
Branca	0,002084*	-6,7807	-0,001620	5,2700	
Preta	0,001509***	-4,9089	0,000027	-0,0870	
Parda	0,000364	-1,1836	0,001160	-3,7752	
Amarela/Vermelha	0,000024	-0,0766	0,000057	-0,1842	
Idade	-0,028155***	91,6110	-0,028259	91,9500	
Idade ao quadrado	0,000669	-2,1752	0,000739	-2,4042	
Sem instrução e fund. incompleto	-0,007075***	23,0220	-0,007870***	25,6080	
Fund. comp. e médio incompleto	0,000596***	-1,9387	-0,000392	1,2746	
Médio comp. e superior incompleto	-0,000169	0,5489	-0,000314	1,0227	
Superior comp.	-0,009658***	31,4250	0,001154**	-3,7535	
Não Chefe	,	,	-0,001698	5,5237	
Chefe	-0,000237**	0,7716	0,002254	-7,3327	
Não vive com o cônjuge	•	,	-0,001593	5,1846	
Vive com o cônjuge	-0,000443***	1,4401	0,004530	-14,7410	
N. de desempregados	0,002400***	-7,8078	-0,000581	1,8900	
N. de crianças < 14 anos	0,000579*	-1,8826	-0,001212	3,9427	
N aposentados >= 60 anos	-0,000837	2,7232	-0,001251	4,0699	
N. de Beneficiários de prog. sociais	0,002733**	-8,8928	-0,007339**	23,8810	
Zona urbana	0,000280	-0,9102	-0,003780***	12,2990	
Zona rural	,	,	0,016073***	-52,2970	
Mora na região metropolitana	0,001037***	-3,3752	0,001075	-3,4971	
Não vive na região metropolitana			-0,000761	2,4777	
Maranhão	-0,000080	0,2613	-0,007035***	22,8900	
Piauí	-0,000005	0,0175	-0,000842	2,7381	
Ceará	-0,001049	3,4128	0,002715*	-8,8335	
Rio Grande do Norte	0,000053	-0,1740	0,002324**	-7,5620	
Paraíba	0,000558*	-1,8151	0,001020**	-3,3198	
Pernambuco	0,000206**	-0,6712	-0,001585	5,1587	
Alagoas	-0,000005	0,0174	0,000820	-2,6671	
Sergipe	-0,000264	0,8579	-0,000186	0,6058	
Bahia	0,000272**	-0,8841	0,001629	-5,3015	
Constante			0,041392*	-134,6800	
Subtotal	-0,037340***	121,5	0,006607***	-21,5	
Total (E+C)	-0,030733***	100			

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Nota: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses. ***Estatisticamente significante a 1%. **Estatisticamente significante a 5%. *Estatisticamente significante a 10%. Variáveis binárias foram normalizadas e incluem todas as categoriais, conforme sugerido por Yun (2004).

Também se pode verificar a contribuição de cada variável e de cada coeficiente do modelo na explicação da diferença de probabilidade ocupacional. Dentre os atributos observados, aqueles que mais explicam a diferença de probabilidade entre grupos são as discrepâncias de idade (91,6%) e de escolaridade (nível superior -31,4% e sem instrução

23,0%). Em específico, verifica-se que se o migrante não retornado tivesse a mesma média de idade do não migrante, a diferença de probabilidade emprego autônomo entre os grupos aumentaria em cerca de 2,8 p.p. Já no tocante ao nível de instrução, por exemplo, se fosse equalizada a diferença de nível superior entre os dois grupos, o hiato de chance de trabalho autônomo entre migrantes e não migrantes seria 0,9 p.p maior.

No que diz respeito à contribuição dos coeficientes, ou seja, o peso dos fatores de cada grupo na diferença de probabilidade de ocupar-se como autônomo destacam-se os achados a seguir: à idade (91,9%), à residência na zona rural (-52,3%), ao gênero masculino (33,9%), à baixa instrução (25,6%) e ao recebimento de benefícios sociais (23,9%) são aquelas que mais explicam a diferença de probabilidade imputada a atributos não observados. Vale ressaltar, que a diferença de intercepto dos modelos (comportamentos não relacionados às variáveis) para os dois grupos analisados responde por -134,7%.

A seguir, a tabela 6 registra os resultados da decomposição de diferença de probabilidade de emprego autônomo comparando os grupos de migrantes retornados com não migrantes. Nota-se que a diferença média de probabilidade entre os referidos grupos é positiva. Isso sugere que a condição de migrante de retorno aumenta a chance de emprego autônomo em 4,4 p.p quando comparada à opção por não migrar. A maior parte dessa diferença é explicada por características não observáveis (115,5%), enquanto apenas -15,5% devem a discrepâncias em termos de atributos observados

De maneira mais detalhada, verificar-se, primeiramente, que as variáveis que mais explicam a diferença de probabilidade de acordo com atributos não diretamente observáveis, ou melhor, de acordo com os pesos de cada coeficiente estimado, são comportamentos relacionados à idade (192,5%), à instrução - sem instrução e fundamental incompleto (-47,9%) e à residência em zona rural (19,5%).

No aspecto dos atributos observados, pode-se verificar que as variáveis com maior importância para explicar o hiato da diferença de probabilidade no modelo são: idade (-96,9%) e residência em região metropolitana (18,8%). Por exemplo, se migrantes retornados e não migrantes tivessem a mesma média de idade, era de se esperar um aumento de 4,3 p.p no hiato de probabilidade entre os grupos.

Tabela 6 – Nordeste - Decomposição de diferença de probabilidade de ocupação autônoma - migrante retornado versus não migrante

	Diferença em Observáveis (E)		Diferença nos	s Coeficientes (C)
	Coeficiente	Importância (%)	Coeficiente	Importância (%
Variáveis				
Mulher			-0,002145	-4,8797
Homem	0,000482*	1,0973	0,003504	7,9721
Branca	0,003102***	7,0575	0,002274	5,1734
Preta	0,001935***	4,4020	-0,000483	-1,0983
Parda	0,000221	0,5021	0,001610	3,6631
Amarela/Vermelha	0,000054	0,1229	-0,000107	-0,2426
Idade	-0,042604***	-96,9270	0,084621**	192,5200
Idade ao quadrado	0,011912**	27,1020	-0,019562**	-44,5040
S/ instrução e fund. incompleto	-0,000328***	-0,7465	-0,021083***	-47,9650
Fund. comp. e médio incompleto	0,001082***	2,4623	-0,004409***	-10,0300
Médio comp. e superior incompleto	-0,000224	-0,5103	0,002398	5,4559
Superior completo	-0,000006***	-0,0136	0,003843***	8,7427
Não Chefe	,	,	-0,003971**	-9,0346
Chefe	-0,000076***	-0,1733	0,005272**	11,9930
Não vive com o cônjuge	,	,	0,000864	1,9667
Vive com o cônjuge	-0,001566***	-3,5617	-0,002458	-5,5915
N. de desempregados	0,002626***	5,9731	-0,001974	-4,4903
N. de crianças < 14 anos	-0,000403	-0,9158	0,000112	$0,\!2554$
N. de aposentados >=60 anos	0,000409**	0,9307	-0,000693	-1,5773
N. de Beneficiários de prog. sociais	0,000085	0,1936	-0,006057**	-13,7800
Zona urbana	-0,000117**	-0,2667	-0,002026**	-4,6091
Zona rural	,	,	0,008615**	19,5990
Mora na região metropolitana	0,008282***	18,8430	0,001010	2,2977
Não vive na região metropolitana	,	,	-0,000716	-1,6279
Maranhão	-0,001082***	-2,4618	-0,006850***	-15,5840
Piauí	-0,000266	-0,6041	-0,001409**	-3,2061
Ceará	-0,000072	-0,1649	0,001871*	4,2554
Rio Grande do Norte	0,000350	0,7966	0,001832**	4,1678
Paraíba	0,000920	2,0940	0,000728	1,6573
Pernambuco	0,000489	1,1133	-0,000923	-2,1009
Alagoas	-0,000259	-0,5898	0,003099***	7,0495
Sergipe	0,000357	0,8131	-0,001022	-2,3244
Bahia	0,000873**	1,9865	0,000886	2,0148
Constante	,	,	0,004119*	9,3703
Subtotal	-0,006816***	-15,5070	0,050771***	115,5100
Total (E+C)	0,043955***	100		•

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Nota: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses. ***Estatisticamente significante a 1%. **Estatisticamente significante a 5%. *Estatisticamente significante a 10%. Variáveis binárias foram normalizadas e incluem todas as categoriais, conforme sugerido por Yun (2004).

A tabela 7 apresenta a decomposição de probabilidade comparando migrantes retornados com migrantes não retornados. A diferença média de probabilidade entre esses grupos é de 7,4 p.p, o que sugere que a condição de migrante de retorno comparada à condição de migrante não retornado, favorece o emprego por conta-própria. A diferença de

comportamento entre os migrantes responde por 65,1% da diferença de probabilidade de emprego entre os grupos em destaque. Já a discrepância de atributos observados explica cerca de 34,9% da diferença de probabilidade.

Observa-se que as variáveis que mais explicam a diferença de probabilidade de acordo com os pesos de cada coeficiente estimado, são comportamentos relacionados à idade (155,7%), à instrução - sem instrução e fundamental incompleto (-9,49%), gênerodo sexo masculino (28,7%), à residência em zona rural (-21,1%) e a presença de cônjuge (-12,13%).

Já no aspecto das características observadas, destaca-se que as variáveis que mais esclarecem a diferença de probabilidade entre os grupos são: idade (11,9%), instrução- sem instrução e fundamental incompleto (5,4%), número de aposentados (2,1%), residência em região metropolitana (7%) e residência no estado do maranhão (-0,81%).

Tabela 7 – Nordeste - Decomposição de diferença de probabilidade de ocupação autônoma – migrante retornado versus migrante não retornado

	Diferença em Observáveis (E)		Diferença nos	s Coeficientes (C)
	Coeficiente	Importância (%)	Coeficiente	Importância ($\%$
Variáveis				
Mulher			-0,009419***	-12,6110
Homem	-0,000254*	-0,3399	0,021444***	28,7120
Branca	-0,001926***	-2,5781	0,006912	9,2545
Preta	-0,000237***	-0,3168	-0,000357	-0,4784
Parda	-0,000211	-0,2831	-0,000065	-0,0874
Amarela/Vermelha	0,000028	0,0372	-0,000205	-0,2739
Idade	0,008926***	11,9510	0,116350**	155,7900
Idade ao quadrado	-0,000563***	-0,7534	-0,012346*	-16,5300
S/ instrução e fund. incompleto	0,004039***	5,4083	-0,007090*	-9,4933
Fund. comp. e médio incompleto	0,000526***	0,7037	-0,004250**	-5,6900
Médio comp. e superior incompleto	-0,000580	-0,7761	0,003509	4,6984
Superior completo	0,006220***	8,3276	0,005706**	7,6394
Não Chefe	,	,	-0,001641	-2,1974
Chefe	0,000277***	0,3708	0,001957	2,6200
Não vive com o cônjuge	,	,	0,003401**	4,5535
Vive com o cônjuge	-0,000874***	-1,1696	-0,009145**	-12,2440
N. de desempregados	-0,000820***	-1,0984	-0,000775	-1,0371
N. de crianças < 14 anos	-0,000728	-0,9741	0,001765	2,3628
N. de aposentados >=60 anos	0,001604**	2,1472	0,000703	0,9415
N. de Beneficiários de prog. sociais	-0,001186	-1,5882	0,003234	4,3299
Zona urbana	0,000291**	0,3893	0,002900**	3,8825
Zona rural	,	,	-0,015786**	-21,1360
Mora na região metropolitana	0.005239***	7,0145	-0,000596	-0,7978
Não vive na região metropolitana	,	,	0,000371	0,4970
Maranhão	-0,000607***	-0,8132	0,003331*	4,4598
Piauí	-0,000098	-0,1318	-0,000288	-0,3858
Ceará	0,000232	0,3109	-0,001363	-1,8255
Rio Grande do Norte	0,000473	0,6337	-0,001847	-2,4729
Paraíba	0,000426	0,5710	-0,001066	-1,4266
Pernambuco	0,000248	0,3326	0,001330	1,7813
Alagoas	-0,000212*	-0,2838	0,001981	2,6523
Sergipe	0,000864*	1,1573	-0,001099	-1,4718
Bahia	0,000296**	0,3969	-0,001432	-1,9173
Constante	,	,	-0,057512	-77,0040
Subtotal	0,026074***	34,9100	0,048614***	65,0900
Total (E+C)	0,074688***	100		•

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Nota: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses. ***Estatisticamente significante a 1%. **Estatisticamente significante a 5%. *Estatisticamente significante a 10%. Variáveis binárias foram normalizadas e incluem todas as categoriais, conforme sugerido por Yun (2004).

5 Conclusão

A presente monografia estimou o efeito da condição de migrante retornado sobre a escolha ocupacional no mercado de trabalho da região Nordeste. Para tanto, foram empregados microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Nesse contexto, destacase a importância dos estados da região Nordeste na absorção de migrante de retorno. Os estados com maior importância no período de 2005-2010 foram Paraíba e Ceará.

A análise estatística dos dados permitiu identificar o perfil ocupacional do migrante de retorno. Verificou-se que o migrante de retorno do sexo masculino está inserido de maneira significativa no mercado de trabalho como autônomo. Já se o mesmo for do sexo feminino, tem maior chance de trabalhar sem carteira assinada. Os migrantes são, em média, mais jovens que o não migrante, especialmente os migrantes não retornados. Ademais, quanto maior o nível de escolaridade, menor será a chance de inserção no mercado como autônomo.

Os achados empíricos mostraram que, independente da condição de migração, os trabalhadores do sexo masculino, branco, chefe de família, com idade mais elevada, com um baixo nível de escolaridade têm maiores probabilidades de inserção no mercado de trabalho como autônomo. A análise de decomposição de diferença de probabilidade mostrou a condição de migrante de retorno favorece o emprego autônomo quando comparada às condições de migrante não retornado e de não migrante. A maior parte da diferença de probabilidade de emprego autônomo em favor do migrante de retorno é explicada por distintos atributos não observados entre os grupos estudados, especialmente aqueles relacionados à idade, instrução, chefe de família, residente na zona urbana. Tais evidências podem estar relacionadas às possíveis habilidades e/ou recursos adquiridos durante o período de migração ou a erros de expectativas com relação a migração.

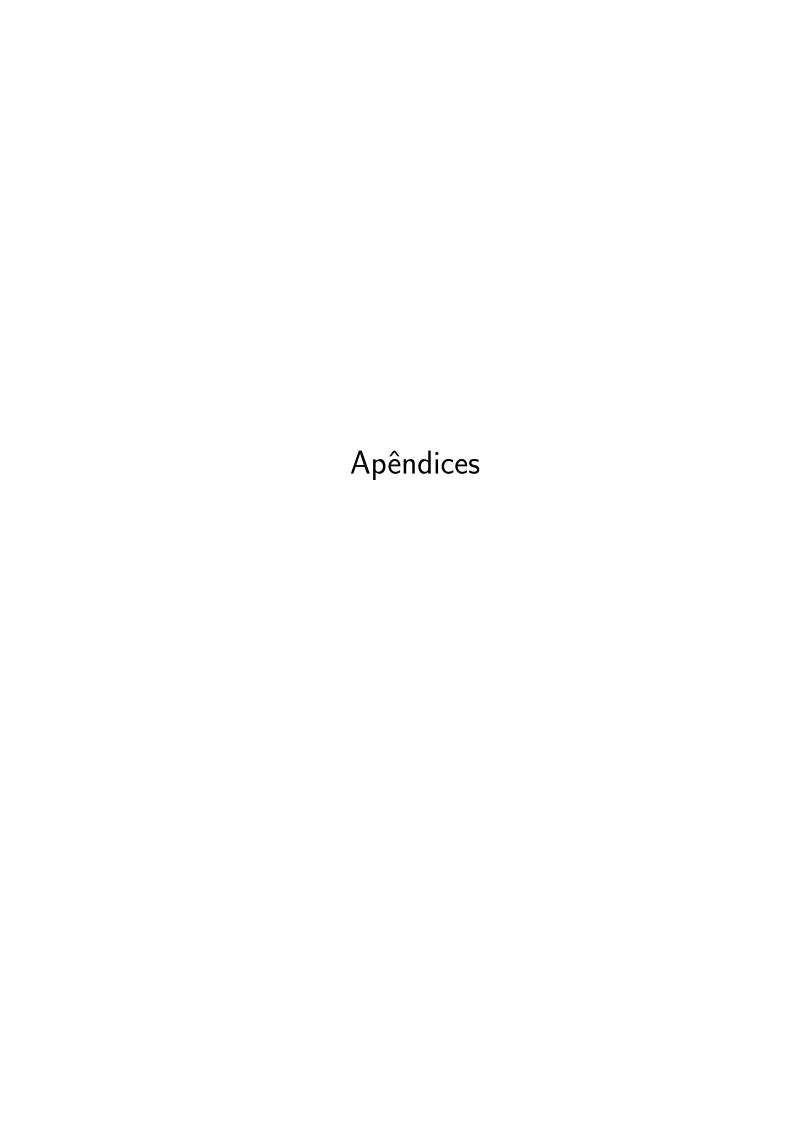
Referências

- BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: Um novo olhar para as migrações no século XXI. In: *Encontro nacional de estudos populacionais*, XVI, 2008. Caxambu: [s.n.], 2008.
- BAENINGER, R. A. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: *Encontro nacional de estudos populacionais, XII, 2000.* Caxambu: [s.n.], 2000.
- BORJAS, G. J. Self-Selection and the Earnings of Immigrants. *American Economic Review*, JSTOR, v. 77, n. 4, p. 531–553, 1987. ISSN 00028282. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1814529.
- BRITO, F. População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências Econômicas, Cedeplar/UFMG, 1997.
- CHISWICK, B. R. Are Immigrants Favorably Self-Selected? *The American Economic Review*, American Economic Association, v. 89, n. 2, p. 181–185, 1999. ISSN 00028282. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/117103.
- DAVANZO, J. S.; MORRISON, P. A. Return and other sequences of migration in the United States. *Demography*, v. 18, n. 1, p. 85–101, 1981.
- DUSTMANN, C.; KIRCHKAMP, O. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. *Journal of Development Economics*, v. 67, n. 2, p. 351–372, 2002. ISSN 0304-3878. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387801001936.
- GOLGHER, A. B. Fundamentos da migração. 2004.
- GUJARATI, D. Econometria Básica. 4. ed. [S.l.]: Campus, 2006. 799 p.
- LEE, E. A Theory of Migration. In: COHEN, R. (Ed.). [S.l.: s.n.], 1966. cap. Theories o.
- LEWIS, W. Economic Development with Unlimited Suppliers Labor. *Manchester School of Economic and Social Studies*, v. 22, n. 2, p. 139–191, 1954.
- MESNARD, A. Temporary migration and capital market imperfections. Oxford Economic Papers, v. 56, n. 2, p. 242–262, 2004. Disponível em: http://ideas.repec.org/a/oup/oxecpp/v56y2004i2p242-262.html.
- MINCER, J.; POLACHEK, S. Family investment in human capital: earnings of women. *Journal of Political Economy*, v. 82, n. 2, p. 76–108, 1974.
- MUNIZ, J. O. Um ensaio sobre as causas e características da migração. [S.l.], 2002.
- OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Ed.). Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. IBGE, 2011. cap. 2. ISBN 978-85-240-4191-4. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes/_deslocamentos/deslocamentos.pdf.

Referências 37

PIRACHA, M.; VADEAN, F. Return Migration and Occupational Choice: Evidence from Albania. *World Development*, v. 38, n. 8, p. 1141–1155, 2010. ISSN 0305-750X. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X10000045.

- RAMALHO, H. Migração Rural-Urbana no Brasil: Determinantes, Retorno Econômico e Inserção Produtiva. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- RAMALHO, H. M. d. B.; QUEIROZ, V. d. S. Migração interestadual de retorno e autosseleção: evidências para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 41, n. 3, p. 369–396, 2011. Disponível em: http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1279/1102.
- RANIS, G.; FEI, J. A Theory of Economic Development. *American Economic Review*, v. 51, n. 4, p. 533–565, 1961. Disponível em: http://www.aric.or.kr/treatise/journal/content.asp?idx=26489>.
- RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 48, n. 2, p. 167–235, 1885.
- SANTOS, W. B. Ensaios sobre migração interna de pessoas com alta instrução no Brasil. 146 p. Tese (Dissertação de Mestrado) Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Paraíba, 2013.
- SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. *American Economic Review*, JSTOR, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961. ISSN 00028282. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1818907.
- SINGER, P. Migração Interna. In: . [S.l.: s.n.], 1980. cap. Migrações.
- SIQUEIRA, L. B. O. Uma análise de fluxo migratório brasileiro: migração para regiões pobres e migração de retorno. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*, JSTOR, v. 70, n. 5, p. 80–93, 1962. ISSN 00223808. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1829105.
- STALKER, P. The work of strangers: a survey of international labour migration. [S.l.: s.n.], 1994.
- TUNALI, I. Rationality of Migration. *International Economic Review*, v. 41, n. 4, p. 893–920, 2000. Disponível em: http://www.ingenta.com/journals/browse/bpl/iere.
- YUN, M. Decomposing differences in the first moment. *Economics Letters*, v. 82, p. 275–280, 2004.



APÊNDICE A – Quadros

Quadro 1: Descrição das variáveis selecionadas para a análise empírica

Variável	Descrição
Homem	Variável binária: 1 se homem; 0 se mulher*.
Preta	Variável binária: 1 se declara cor de pele preta; 0 se declara cor branca*.
Parda	Variável binária: 1 se declara cor de pele parda; 0 se declara cor branca*.
Amarela/Vermelha	Variável binária: 1 se declara cor de pele amarela ou vermelha; 0 se declara cor branca*.
Idade	Idade em anos.
Idade ao quadrado	Idade ao quadrado.
Fundamental completo e médio incompleto	Variável binária: 1 se tem curso fundamental completo e médio incompleto; 0 se não tem instrução e fundamental incompleto*.
Médio completo e superior incompleto	Variável binária: 1 se tem curso médio completo e superior incompleto; 0 se não tem instrução e fundamental incompleto*.
Superior completo	Variável binária: 1 se tem curso superior completo; 0 se não tem instrução e fundamental incompleto*.
Responsável pelo domicilio (chefe)	Variável binária: 1 se é chefe pelo domicílio; 0 caso contrário*.
Vive com o cônjuge	Variável binária: 1 se vive com cônjuge ou companheiro(a); 0 caso contrário*.
Número de desempregados no domicílio	Número de desempregados no domicílio – pessoas que procuravam trabalho na semana de referência.
N. de crianças < 14 anos	Número de crianças com menos de 14 anos no domicílio.
N. aposentados >=60 anos	Número de aposentados com 60 anos ou mais no domicílio.
N. de Beneficiários de prog. sociais	Número de Beneficiários de programas sociais.
Zona Urbana	Variável binária: 1 se vive em zona urbana; 0 caso contrário*.

Região metropolitana	Variável binária: 1 se vive em região metropolitana; 0 caso contrário*.
Maranhão	Variável binária: 1 se reside no Maranhão; 0 se reside na Bahia*.
Piauí	Variável binária: 1 se reside no Piauí; 0 se reside na Bahia*.
Ceará	Variável binária: 1 se reside no Ceará; 0 se reside na Bahia*.
Rio Grande do Norte	Variável binária: 1 se reside no Rio Grande do Norte; 0 se reside na Bahia*.
Paraíba	Variável binária: 1 se reside na Paraíba; 0 se reside na Bahia*.
Pernambuco	Variável binária: 1 se reside em Pernambuco; 0 se reside na Bahia*.
Alagoas	Variável binária: 1 se reside em Alagoas; 0 se reside na Bahia*.
Sergipe	Variável binária: 1 se reside em Sergipe; 0 se reside na Bahia*.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010.